



Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas

**Comunicado de Imprensa sobre os incêndios rurais de  
Pedrogão Grande  
AS TRAGÉDIAS E A ESPERANÇA**

*À população portuguesa*

*Aos seus mais elevados representantes*

Todos sabemos que o povo Português está entre um dos mais solidários do mundo.

Compadecemos-nos rapidamente perante situações trágicas e organizamo-nos de forma quase instantânea na prestação de apoio humanitário, já demonstrado em inúmeros episódios críticos nos cinco cantos do mundo. A tragédia bateu-nos mais uma vez à porta e, desta vez, sem pedir licença para entrar.

A Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas (APAP) saúda esta onda de solidariedade, associa-se a ela e manifesta o seu profundo pesar por todas as perdas de vidas humanas, do território, de bens culturais e materiais.

Mas como associação de âmbito profissional e técnico, não pode ficar por aqui.

Por isso, a APAP manifesta a sua profunda consternação perante esta dupla tragédia – aquela a que estamos a assistir há 4 dias e outra a que assistimos há mais de 40 anos.

Em relação à primeira, também esperamos que se possa finalmente desencadear uma revolta cívica de proporcional intensidade e uma exigência colectiva generalizada para uma melhoria das políticas e práticas que, reiterada e comprovadamente, nos trouxeram a esta situação.

Em relação à segunda tragédia, os Arquitectos Paisagistas Portugueses, nas diversas frentes que assistem ao exercício da profissão, que inclui investigar, projectar e ordenar a PAISAGEM Portuguesa, sentem-se profundamente indignados com o persistente desprezo e indiferença manifestados ao longo das últimas décadas por parte da classe política e decisora relativamente aos princípios da Arquitectura Paisagista: um ordenamento territorial baseado nas aptidões e vocações dos factores biofísicos e culturais para um desenvolvimento económico e social dinâmico mas duradouro.

São centenas, senão milhares, de artigos publicados por Arquitectos Paisagistas nos media, em livros, em teses, em conferências e congressos, com destaque para os reconhecidos contributos de Gonçalo Ribeiro Telles, Manuela Raposo Magalhães, Fernando Pessoa, Henrique Pereira dos Santos, entre muitos outros.

De forma consistente e rigorosa temos demonstrado a infeliz relação directa entre as más políticas e práticas sucessivas de ordenamento do território, agricultura e floresta e os eventos descontrolados dos incêndios rurais, devastando território e paisagem ano após ano; temos por isso também identificado claramente causas e efeitos e indicado caminhos e soluções.

A APAP - enquanto órgão representativo dos profissionais que investigam, projectam e ordenam a PAISAGEM - entende assim, que muito do que há a escrever ou regulamentar, já está escrito e regulamentado.

Por exemplo: há Planos Nacionais, Distritais e Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios, obrigatórios! Todo o País está coberto por Planos Regionais de Ordenamento Florestal! Todo o País está coberto por Planos de Proteção Civil! Todo o País tem Planos Directores Municipais! Todo o País tem cartografia da Reserva Ecológica Nacional (REN)! Todo o País tem cartografia de Áreas Protegidas e Rede Natura 2000! Há um Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e uma Política Nacional de Arquitectura e Paisagem. Uma boa parte do País tem já Planos de Adaptação às Alterações Climáticas! Isto só para falar de alguns; muitos deles, contudo, em quase constante elaboração, revisão, adaptação, compatibilização e outros processos burocráticos.

A criação e gestão de paisagens com estas características exigem também esforços conjuntos e uma visão abrangente dos serviços por elas desempenhados. No caso das matas e em grande parte do centro e norte do país não será possível ordenar os espaços florestais se não houver associações de proprietários que, em conjunto com as autarquias, consigam planear e gerir em conjunto áreas com dimensão suficiente para permitir o seu ordenamento. Trata-se aqui de algo que exige uma mudança cultural, o que não se atinge de um dia para o outro, mas que é forçoso insistir. O outro pressuposto referido consiste na multifuncionalidade dos espaços florestais, sendo necessário considerar a par das funções produtivas directas, a conservação de recursos como a água, solo, flora e fauna; o recreio; o abastecimento de água de qualidade aos centros urbanos; a qualidade paisagística indispensável ao turismo; a regulação climática; etc.

Os tempos têm de ser, assim, de reflexão - porque falha a concretização de tudo isto? Os tempos têm de ser de novas formas de decisão e de acção. Mais tecnicamente fundamentada, mais economicamente responsável, mais socialmente partilhada.

A responsabilidade de todos, na medida das capacidades de cada um é, no nosso entender, um desígnio e prioridade nacional. Trata-se da vida e da morte de pessoas e territórios, da qualidade de vida de pessoas e territórios, de opções de futuro para pessoas e paisagens. As paisagens que têm de ser pensadas para criar cultura e rendimento, para acrescentar valor natural e social às comunidades, para manter ou atrair turismo e novos habitantes.

Importa, desde já, re-criar uma cultura nacional de saber trabalhar com a Natureza!

Hoje são os fogos, amanhã (como já foram antes), podem ser as inundações, os sismos, a desertificação, a morte dos rios, as alterações climáticas.

Assim, neste momento de apelo à acção num País que tem de aprender com os seus erros, a APAP solidariza-se com as populações e as suas paisagens, disponibilizando sócios - e são já muitos os que se voluntariaram - para integrarem grupos de trabalho de ordenamento e projecto territorial, de recuperação paisagística, de acções de requalificação biofísica no terreno, de plantação de árvores e arbustos autóctones, de sementeira de prados biodiversos, enfim, para apoiar a recuperação das áreas afectadas pelos incêndios e ajudar a recuperar a esperança.

Este é o desígnio maior e a motivação sem fim dos Arquitectos Paisagistas Portugueses! É o apelo e o contributo nacional a que a APAP se junta, de refazer bem o bem!

Direcção da APAP, 21 de Junho de 2017.